

ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: Analisando o Programa de Educação Integral (PEI) do Governo de Pernambuco

GT 18 – Restructuración Productiva, Trabajo y dominación social

Katharine Ninive Pinto Silva – UFPE
Jamerson Antonio de Almeida da Silva—UFPE

RESUMO:

Este trabalho conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), e tem como objetivo identificar os processos de accountability no Programa de Educação Integral (PEI), implementado nas Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco e suas influências em relação às condições de trabalho docente. Realizamos o estudo através de análise documental e concluímos que a perspectiva generalista, neoprodutivista e neotecnicista de gestão adotada nesta política, pressiona o Trabalho Docente através de um intenso processo de responsabilização (também chamado na literatura por accountability), cujos efeitos perversos, evidenciados por Freitas (2012), são apresentados neste trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Docente; accountability; intensificação

Introdução

O Estado de Pernambuco, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica 2013, está em primeiro lugar no que diz respeito à oferta de ensino médio em tempo integral (com referência no ano de 2011), com 70.085 matrículas. Ensino Médio integral nesse Estado é considerado aquele no qual a jornada diária é ampliada e que a escolarização se dá em três anos, com ênfase no ensino propedêutico e na formação para o protagonismo juvenil e para a empregabilidade.

Através de estratégias de accountability, pautadas na bonificação por resultados, a rede estadual de Pernambuco vem tentando sair dos últimos lugares no ranking brasileiro do IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica). Analisamos neste trabalho como essas estratégias se relacionam com a questão do trabalho docente. Partimos da hipótese do trabalhador docente como produtor intelectual, de um trabalho imaterial que, no entanto, encontra-se submetido a um processo de exploração baseada em um contexto de neoprodutivismo que acarreta um processo de intensificação e precarização do trabalho docente.

Para investigar tais elementos, organizamos o estudo a partir de uma análise documental do Programa de Educação Integral (PEI); do Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP); do Plano de Governo (2011-2014), da Frente Popular de Pernambuco, do governador atual e que vem implementando o PEI no Estado de Pernambuco, além do Programa Ensino Médio Inovador, política indutora coordenada pelo Ministério da Educação/ Governo Federal.

Utilizando as categorias de análise “política de valorização docente” e “política de avaliação do processo de ensino-aprendizagem”, analisamos a política implementada, considerando as influências da legislação educacional brasileira e seus nexos com as mudanças no mundo do trabalho.

Trata-se de uma pesquisa de avaliação de políticas sociais, com foco na implementação como

uma “área de atividade dedicada a coletar, analisar e interpretar informações sobre a formulação, a implementação e o impacto das ações governamentais que visam alterar as condições de vida da população, em particular dos segmentos sociais mais destituídos” (CASTRO, 1989: 5). No caso da investigação em curso, utilizamos a abordagem de “avaliação processual”, uma vez que buscamos examinar não sua efetividade, mas a adequação dos meios em relação aos objetivos relacionados à Educação Integral, mais particularmente às condições do Trabalho Docente.

Contexto atual do Trabalho Docente e processos de Accountability

De acordo com os dados do Censo Educacional 2011, há pouco mais de 2 milhões de professores atuando na educação básica no Brasil. Foi identificada uma expressiva melhoria do número de docentes com formação superior (74%); uma melhoria da formação quanto mais elevada é a etapa de atuação do professor na educação básica e que mais de 380 mil profissionais que atuam no magistério da educação básica também são alunos da educação superior (18,63%). Neste caso, 92,63% dos professores, de acordo com o Censo 2011, ou já possuem nível superior ou estão matriculados na Educação Superior.

À parte todas as dificuldades decorrentes de uma falta de valorização profissional e de condições de trabalho dignas, os docentes ainda têm que lidar com a relação simplista entre os resultados da educação e a competência do professor ou da escola. E cada vez mais o modelo do accountability vem sendo aplicado à questão educacional, baseado num processo de responsabilização do professor e da escola com referência na perspectiva da meritocracia, através de estratégias de bonificação por desempenho. De acordo com Freitas (2012), os efeitos dessa estratégia são questionáveis porque: consideram que os melhores professores serão motivados mais pela questão financeira do que pelo próprio desempenho do aluno; expõem os professores a sanções ou aprovações públicas, desmoralizando a categoria; ranqueiam os professores a partir de uma metodologia de cálculo inconsistente e, finalmente, a meritocracia não tem maiores impactos na melhoria do desempenho dos alunos e acarreta graves consequências para a educação. Um exemplo disso é a política de bônus adotada por alguns entes federados brasileiros, como é o caso do estado de Pernambuco que cria competição danosa e afasta os melhores professores dos piores alunos, já que os mesmos tendem a procurar uma escola que atenda a alunos com melhores desempenhos. No entanto, mesmo algumas das principais referências utilizadas para a aplicação desse modelo de bonificação, como é o caso da cidade de Nova Iorque, encerrou, de acordo com Seifman (2011), apud FREITAS (2012), esse tipo de política considerando que o mesmo não gerou uma melhoria dos indicadores de qualidade da educação e que seria um desperdício de dinheiro público dar continuidade a esse tipo de ação.

De acordo com Freitas (2012), responsabilização, meritocracia e privatização são categorias intimamente relacionadas. As duas primeiras criam a ambiência para a privatização do sistema público da educação, com o aumento da dimensão do público não estatal, ou melhor, para a influência do empresariado na educação, assim como para a política de voucher (que no Brasil são as “bolsas” que permitem aos alunos estudarem em escolas privadas).

De uma forma geral, Freitas (2012) chama a atenção para o estreitamento curricular; para o acirramento de uma competição entre profissionais e escolas; para uma série de fraudes que são cometidas no sentido de garantir os resultados esperados; o aumento da segregação socioeconômica no território e mesmo dentro da escola; a precarização da formação do professor; a destruição moral do professor e a própria destruição do sistema público de ensino e a ameaça à própria noção liberal de democracia, como efeitos perversos do processo em curso da política de accountability no Brasil.

Ao tratarmos especificamente da problemática do trabalho docente, podemos identificar, seguindo Mancebo (2007: 470-471), cinco temas mais recorrentes. Precarização, como um tema caracterizado pela baixa remuneração, desqualificação e fragmentação do trabalho; perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social e heteronomia crescente em relação ao seu trabalho.

Intensificação, que diz respeito à jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho). Nesse processo há um aumento do sofrimento subjetivo (em alguns textos trabalhados como *burnout*), além de uma neutralização da mobilização coletiva e aprofundamento do individualismo competitivo. Um outro tema é o da flexibilização do trabalho, que diz respeito à contenção nos gastos públicos, com estratégias que envolvem a contratação de “temporários”, “precários”, “substitutos”. Um quarto tema é o da “descentralização gerencial”, caracterizada pela centralização das decisões e dos principais e estratégicos parâmetros educacionais, com uma descentralização da gestão administrativas, de forma a mascarar a heteronomia do trabalho docente. O quinto tema é o dos sistemas avaliativos, que adotam as avaliações gerenciais, que abrangem o controle do sistema educativo, por parte de um “núcleo central”, fundado na objetivação da eficiência do professor e sua produtividade em índices e a consequente diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade.

Quando tratamos da problemática da intensificação do trabalho docente, estamos considerando, de acordo com Santos e Oliveira (2009), “que as condições de trabalho do professorado não possibilitam a plena realização das medidas e ações emanadas das políticas públicas voltadas para o ensino e para a gestão da escola” (p. 32). Mas como estas condições se dão, de forma a levar a uma intensificação do trabalho docente? Através de “pressões de várias ordens que se traduzem em adoecimento e absenteísmo do corpo docente, entre outras formas de resistência ao trabalho” (SANTOS e OLIVEIRA, 2009: 32). A própria mídia denuncia o processo de desvalorização dos professores, “seus baixos salários, o crescimento da violência no interior das escolas e a precariedade dos estabelecimentos de ensino, em termos de infraestrutura e equipamentos” (SANTOS e OLIVEIRA, 2009: 33). No entanto, na maioria das vezes, a questão da falta de qualidade na escola é atribuída à falta de preparo dos professores e a um baixo desempenho dos mesmos.

Política de Valorização do docente do Ensino Médio – notas sobre a situação no Brasil e na rede estadual de Pernambuco

Nos documentos analisados em relação à Política de Valorização do docente do Ensino Médio, as poucas referências encontradas às precárias condições de trabalho dos professores são identificadas no Programa de Governo (2011-2014). No entanto, como uma proposta de continuidade, refere-se criticamente não à própria gestão anterior, mas ao ano de 2006. No mais, apenas são identificados “vazios” de atendimento, creditados a uma forte concentração da oferta da modalidade na Região Metropolitana e na Zona da Mata. Além dos cursos oferecidos não estarem em sintonia com as demandas do mercado para Pernambuco, cuja saída apontada é através da Educação a distância (EAD).

Em relação à particularidade do Trabalho Docente, o Programa de Governo é um capítulo à parte. Indica que foi realizado, na primeira gestão, um “recompletamento do quadro efetivo com a contratação, via concurso, de mais de 6.000 professores, passando pela criação e contratação de um quadro de apoio, formado por aproximadamente 4.000 assistentes, até ações específicas de valorização e estímulo” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 12). Recompletamento do quadro efetivo é uma atividade que se destina a preencher os claros de pessoal decorrentes da evasão por motivos de exonerações a pedido ou não, aposentadorias, falecimentos, transferências, licenças médicas, etc. Faltou informar o fato de que o número de contratados chegou a 16.000, mesmo depois do último concurso realizado em 2008. Até hoje ainda não foi realizado outro concurso público para a educação no Estado.

Outros elementos considerados como ações de valorização e estímulo ao trabalho docente, são os “programas de capacitação, concessão de bônus para aquisição de livros na Bienal, assinatura de jornais diários, assinatura de revistas especializadas e a criação do programa Professor Conectado (cuja meta foi garantir um laptop novo a cada um dos 26.500 professores da rede)” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 12).

No mesmo documento, comemora inovações em relação à gestão escolar:

a adoção de grade curricular mínima para toda a rede, implantação de avaliações bimestrais com notas, aferição anual do desempenho de todas as escolas através da realização do SAEPE e IDEPE e criação do Bônus de Desempenho Escolar – BDE, que premia com um 14º salário os profissionais das escolas que atingiram suas metas de melhoria aferidas pelo SAEPE (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 12).

Justifica isso com o aumento da bonificação das escolas em 2009 em relação à 2008, bem como o fato de que o Estado atingiu em 2009 as metas estabelecidas para o ano de 2011 pelo MEC para o IDEB. Nenhuma referência à Gestão Democrática, à construção do Projeto Político Pedagógico da escola, à participação de todos que fazem a escola. Este Programa de Governo não considera a LDB/96 nos artigos 3º e 12º ao não garantir, do ponto de vista da Gestão Escolar, a gestão democrática e a possibilidade de cada estabelecimento de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica.

E, por fim, propõe a realização de Capacitação das Redes Municipais; Capacitação dos professores para a difusão dos conteúdos da formação cidadã e de educação sexual e a Interiorização da Universidade de Pernambuco (UPE).

Por trás de toda a formulação presente no Programa de Modernização da Gestão Pública, apresentado pelo Governo do Estado, está presente o pressuposto da responsabilização, ou seja, das políticas de accountability herdadas do gerencialismo baseado nas empresas privadas.

A política de responsabilização é pautada por uma estratégia de recompensas ou sanções, de acordo com os resultados alcançados. No caso do Programa adotado pelo Governo do Estado de Pernambuco, no sentido de garantir a visão de futuro da educação no estado ser referência nacional de qualidade até 2021, as sanções são devidas à exposição pública dos resultados das escolas e as recompensas são creditadas a uma política de bonificação para as escolas que atingirem as metas estipuladas. De acordo com o Programa, o Bônus de Desempenho Educacional (BDE) “é um incentivo financeiro para os profissionais de todas as escolas que atingirem as metas propostas. A unidade que alcançar 50% da meta receberá a metade do bônus; e, a partir daí, será considerado o intervalo de 10% até atingir 100% da meta” (PERNAMBUCO, 2008: 11).

A política educacional assumida pelo Governo do Estado é dual. Algumas escolas com uma “qualidade” maior, outras até sem professores. Ou mesmo, na mesma escola, a convivência de duas realidades bem diferentes.

A transparência oferecida pela publicização de horários escolares das escolas (não de todas) e dos resultados de desempenho por escolas (de acordo com a política de responsabilização adotada), convive com a falta de transparência em relação aos gastos públicos e aos empréstimos adotados para consolidar a política de accountability no estado, como por exemplo, o projeto no valor de US\$ 580,40 million aprovado em 14 de abril de 2009 junto ao Banco Mundial, denominado “PE SWAP Pernambuco Educ Results & Account (PERA)”, cujo objetivo promulgado é o de melhorar a qualidade, eficiência e equidade da educação pública em Pernambuco, cuja referência só é encontrada no site do Banco Mundial.

De forma contraditória, o documento aponta para o objetivo de “consolidar nas unidades de ensino, a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão” (PERNAMBUCO, 2008: 8). No entanto, resta saber também qual o papel do Gestor escolar, dos professores, alunos, técnicos e comunidade da escola. Será que cabe aos gestores, professores e técnicos, apenas cumprir ordens? E aos alunos e comunidade, internalizar a exclusão? Qual o papel do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG) neste processo? Essas entidades participaram apenas da formulação ou continuam como uma espécie de avaliadores externos? Qual o valor contratado e os termos dos contratos?

Em relação à bonificação, o Governo de Pernambuco, através do Decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008, do Governo do Estado de Pernambuco, que regulamenta a Lei nº 13.486 de 1º de julho de 2008, estabelece uma série de condições para o recebimento do Bônus, ligadas aos resultados obtidos na avaliação realizada pelo Estado, a partir do desempenho dos alunos em português e matemática e as aprovações e considerando as metas estabelecidas para ou por cada escola. No entanto, outro decreto é promulgado em 28 de julho de 2009, dispondo sobre o pagamento do Bônus de Desempenho Educacional – BDE. Trata-se do Decreto nº 33.711 que estipula o valor total para distribuição da bonificação em 2008, que não deverá ultrapassar de R\$28.800.000,00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil reais). Também estabelece os valores de referência para cada cargo/função, além de incluir os professores contratados, que deverão receber o equivalente ao valor mensal previsto no contrato. Ou seja, mesmo que todos atinjam as metas estabelecidas, nem todos terão direito ao bônus, já que este decreto estabelece um teto para a distribuição do bônus¹.

Quanto à política de indução do Ensino Médio no Brasil, promovida pelo Governo Federal através do Programa Ensino Médio Inovador, conta com a grande orientação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que, inclusive, estabelece alguns (muitos) objetivos em torno da questão do trabalho docente, como a questão da meritocracia e da avaliação do desempenho do professor na relação diretamente proporcional ao desempenho dos alunos no IDEB. Dessa forma, compreendemos que há, como cita Gentili (1998), uma transferência realizada pelo Estado Neoliberal das incumbências políticas, fiscais e administrativas do Estado da esfera pública para a esfera privada, que faz com que exista uma negação da condição de direito social da educação, fazendo com que esta se transforme em uma “possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores” (p. 9). Esta perspectiva traz também para a centralidade a questão da qualidade da educação, mensurada através de indicadores baseados em resultados e estatísticas. Neste contexto, a perspectiva apontada por Bourdieu e Wacquant (2001), de “responsabilidade individual”, recai sobretudo em relação ao trabalho docente.

Muitos estudos demonstram que existe, por um lado, o discurso de que há falta de preparo dos professores; que estes têm dificuldades em aceitar novas práticas e frequentemente burlam o sistema; que existe uma falta de formação inicial e continuada consistente e que, portanto, a falta de qualidade do ensino se dá devido à ineficiência do professor. Ou seja, se considera que, “se algo vai mal é porque os professores não têm a formação necessária para realizá-lo bem. As condições de trabalho são assim secundarizadas ante a necessidade de maior formação dos professores” (SANTOS E OLIVEIRA, 2009: 36). Por outro lado, os professores denunciam os baixos salários; o crescimento da violência no interior das escolas; a precariedade dos estabelecimentos de ensino, em termos de infraestrutura e equipamentos; a burocracia advinda da necessidade de participar da gestão democrática da escola; permanentes mudanças de orientação dos órgãos centrais de ensino, perturbando suas rotinas e suas formas de trabalho e a falta de suporte nas escolas às atividades docentes.

Política de avaliação do processo de ensino/aprendizagem no Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco

O Programa de Governo (2011-2014), como uma proposta de continuidade em

relação à gestão anterior, não poderia partir de um balanço negativo em relação aos últimos anos, portanto toma como referência os resultados da gestão estadual concluída em 2006, de responsabilidade

¹ Para tanto o decreto estabelece a seguinte fórmula para o cálculo do BDE: $((VR \times P/100)/12 \times EE) \times F$. BDE = Bônus de Desempenho da Educação. VR = valor de referência; P = proporção realizada da meta; EE = tempo de efetivo exercício; F= fator utilizado com o objetivo de distribuir o montante total;

de outro partido. Dessa forma, começa identificando os baixíssimos indicadores de aproveitamento escolar que o Estado de Pernambuco ostentava naquele momento, além dos “altos percentuais de defasagem idade e série, elevados índices de evasão e repetência e taxa de analfabetismo inadmissível” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 10). Relaciona essa questão com uma ausência de uma matriz curricular e um desrespeito à LDB, já que naquele momento, de acordo com o documento, cada escola tinha “autonomia” para definir calendário, conteúdos, cargas horárias e a oferta ou não de língua estrangeira. Ao mesmo tempo que denuncia a ineficiência do modelo de avaliação do desempenho existente à época, visto que não havia preenchimento dos diários de classe, divulgação dos horários escolares e, principalmente, como não havia uma matriz curricular única, não era possível uma avaliação do desempenho acadêmico que contemplasse os conteúdos mínimos definidos pela Secretaria de Educação a cada bimestre.

Como vimos anteriormente, além de citar as precárias condições de trabalho dos profissionais da escola, faz referência à existência de uma escola pública, em 2006, como uma escola “pouco equipada, carente de recursos, exposta à violência e, enfim, pouco acessível à população” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 10). De uma forma geral denuncia que a estrutura física da rede de escolas, no final de 2006, era deplorável, fruto do baixíssimo investimento médio anual em infraestrutura física. De acordo com o documento, em 8 anos (no período anterior, até 2006), das 1107 escolas da Rede Pública Estadual, apenas 492 unidades receberam alguma intervenção de manutenção durante todo o período.

Aponta, neste mesmo documento, que a gestão que dará continuidade através da reeleição, realizou duas mil intervenções em infraestrutura, garantindo as condições mínimas de funcionamento das escolas. Nenhuma propaganda maior sobre o tema, é de no mínimo levar a um estranhamento e à construção da hipótese de que também nesta gestão não se priorizou a infraestrutura das escolas, como poderemos perceber na fala abaixo:

Como é difícil imaginar um novo ano sem nenhuma perspectiva de vida. Imagine o que é iniciar um ano letivo em que não há esperanças e nem rumo para solucionar os problemas da infraestrutura de uma escola? Se é que podemos chamar de escola o caos em que se encontra a ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSOR MANOEL JOAQUIM LEITE EM CEDRO – PE (trecho de carta aberta citado em palestra realizada pelo Presidente do Sintepe-PE em junho/2013)

O Programa de Educação Integral, de acordo com o documento,

oferece uma jornada ampliada de aulas, vivência laboratorial e a garantia das quatro refeições diárias aos jovens das Escolas de Referência da Rede Estadual de Ensino. No modelo integral, o estudante do Ensino Médio passa o dia inteiro na escola, com aulas nos dois turnos – são 45 horas/aula semanais. Os professores lotados nessas unidades também têm remuneração diferenciada, já que trabalham com regime de exclusividade (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 13).

No entanto, mais uma vez o documento comemora uma dualidade da escola pública em Pernambuco, cuja materialização acontece até em uma mesma escola, como poderemos perceber a partir do trecho abaixo:

Essa voz que vos fala não é de apenas uma professora, mas de um grupo indignado pelo descaso e exclusão de um “programa” que seleciona a seu modo aqueles que lhe convém e descarta os demais como se fossem coisas imprestáveis. Assim é a educação que em seus belos discursos condena a desigualdade e a exclusão. É o tal

“PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL” que não estou aqui me achando no direito de condená-lo, pois realmente é bom, mas contradiz o que deveria ser uma EDUCAÇÃO PARA TODOS como a mídia faz questão de lembrar todos os dias. Precisamos de uma política educacional que realmente seja inclusiva e igualitária e não de um programa que chega dividindo professores e alunos dentro da mesma escola (Desabafo de uma professora em fev/2013, citado em palestra realizada pelo presidente do Sintepe em junho/2013).

Finalmente, o Programa de Governo estabelece como novas metas para a área de educação: “universalizar a oferta de ensino público de qualidade, elevando todas as unidades educacionais ao padrão desejável, com educação integral, em dois turnos, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 15). Apesar de prever esta universalização, propõe a construção de 47 novas Escolas Técnicas e 140 Escolas de Referência no Ensino Médio. Considerando que em 2010 Pernambuco tinha 1112 escolas estaduais, como o Governo pretende universalizar a educação de qualidade em dois turnos até 2014, com essas metas que ampliam para apenas 60 Escolas Técnicas e 300 Escolas de Referência até o final da gestão? Sobretudo se considerarmos a existência de uma dualidade dentro das próprias Escolas de Referência?

Outra nova meta, é o da elevação dos índices educacionais. Para tanto, o documento considera já ter equacionado as questões de infraestrutura e de ambiência necessárias para garantir a qualidade das escolas e, inclusive, não propõe nenhuma meta em relação a este tema.

O documento enfatiza também que deve ser feita uma aposta “em alternativas de competições e premiações que desenvolvam a cultura da meritocracia, com esforço, trabalho e perseverança” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010: 15). Como uma política gerencial e sistêmica, focada nos resultados, o Programa está voltado para a melhoria do IDEB e do “Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco – SAEPE, onde o Governo definiu metas a serem cumpridas, ano a ano, pelos gestores das unidades de ensino e das Gerências Regionais de Educação (GREs)” (PERNAMBUCO, 2008: 8). O SAEPE é um sistema de avaliação próprio criado pelo Governo de Pernambuco, que é baseado no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), no entanto, sendo uma verificação implementada em todas as escolas estaduais ao final de cada ano. A partir dos resultados dessa avaliação e considerando-se a verificação anual das aprovações pelo Censo Escolar, é tirado um resultado para o que se chamou IDEPE (índice de desempenho da educação de Pernambuco). A diferença é que este indicador é anual, enquanto o IDEB é bianual. A grande diferença também é que as metas do IDEPE são mais “ousadas”, nas palavras do documento, do que as metas do IDEB brasileiro.

De acordo com o documento, foram definidas metas individuais para cada Escola, assim como um rol de indicadores relativos às ações que influenciam na aprendizagem dos alunos (infraestrutura, quadro de pessoal e currículo). Tudo explicitado em um Termo de Compromisso assinado pela gestão da escola e pela Secretaria de Educação.

Para tanto, foi criado um Sistema de Monitoramento e Avaliação, que prevê um conjunto de atividades gerenciais (infraestrutura e quadro de pessoal) que interferem na melhoria da aprendizagem dos estudantes. É formado por uma Equipe Técnica e por um Sistema Informatizado.

No entanto, Cabral Neto e Castro (2011) identificam que toda a reforma educacional que foi implementada nos últimos tempos teve as mesmas características, sobretudo no que se refere ao ensino médio. De acordo com estes autores, a reforma educacional tem priorizado os seguintes eixos: focalização de programas; descentralização; privatização e desregulamentação. Portanto, vem predominando uma reforma gerencial, em busca da eficiência, pela redução e controle dos gastos públicos, além de uma maior demanda pela qualidade dos serviços públicos e descentralização administrativa.

O Programa de Governo, na síntese das ações propostas, situa como quinta ação a “Educação de

qualidade na Rede Pública Estadual de Ensino para todos os Pernambucanos”. Uma proposição retórica já que o tema da *qualidade* é recorrente em todos os discursos atuais sobre educação, independente do pressuposto teórico que o fundamenta. Inclusive, como lembra GENTILI (2007), dentro de uma retórica conservadora, o discurso da qualidade pode estar a serviço de uma classe de satisfeitos, quando o Estado e a intervenção pública geram condições de ineficiência estrutural que se voltam contra os excluídos. Neste caso, existe uma noção de qualidade para poucos, que mais poderia ser chamada de privilégio, que não é somente desejável, dentro de uma proposta conservadora, como também necessária. Esse tipo de proposta de qualidade conservadora é possível dentro de um espectro caracterizado por uma situação em que, por um lado, a qualidade é caracterizada como democratização (do acesso e permanência) mas, por outro lado, há um forte ataque aos espaços públicos da maioria, com depreciação das condições estruturais e precarização do trabalho.

Na verdade, o modelo gerencial presente no Programa de Modernização da Gestão está em sintonia com o modelo adotado pelo próprio MEC, ao implantar o IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica), a partir do que foi chamado de “PAC da Educação” - o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), e nortear toda a política educacional como um sistema. Ou seja, numa combinação entre uma avaliação gerencial e sistêmica. Esta perspectiva está estruturada a partir da oferta de “mínimos” e a cobrança de outros “mínimos”. Isso fica evidente no seguinte trecho: “Essas ações constituem em uma via de mão dupla, onde o Estado fornece as condições mínimas para viabilizar o processo ensino-aprendizado e ao mesmo tempo cobra resultados” (PERNAMBUCO, 2008: 5).

CONCLUSÃO

Os resultados indicam um paradoxo entre a expansão das matrículas no ensino médio em horário integral no estado de Pernambuco (23% das matrículas brasileiras – Censo Escolar 2011) e a posição que o governo de Pernambuco ocupa entre os piores salários pagos aos docentes no Brasil. A partir de dados como esses, as “Escolas de Referência” passam a ser uma amostra privilegiada de uma realidade que precisa ser investigada com profundidade, de forma a responder como essas novas formas de organização das escolas estão resultando ou não na intensificação do trabalho docente, na precarização das condições efetivas de trabalho e na baixa qualidade da educação.

As primeiras aproximações ao objeto de estudo também apontam que nas Escolas de Referência há uma tendência de aumento da jornada escolar dos alunos, com a exacerbação do conteúdo propedêutico no currículo, submetido aos ditames das avaliações centralizadas e dos resultados no vestibular. Para tanto, inferimos que a opção feita pelo governo de Pernambuco ancora-se numa perspectiva generalista, neoprodutivista e neotecnicista de gestão, que vêm nortear todo esse processo de mudanças. Tal perspectiva pressiona o Trabalho Docente através de um intenso processo de responsabilização (também chamado na literatura de *accountability*).

No sentido de avaliar os obstáculos à implementação do Ensino Médio Integral nas escolas estaduais de Pernambuco, verificamos que além do caráter dualista que este assume frente as demais escolas que oferecem o Ensino Médio regular, há também uma série de constrangimentos devidos à própria estratégia da política educacional adotada. A implementação de uma educação gerencialista, baseada na meritocracia, através de estratégias de bonificação por desempenho, além dos efeitos perversos que gera tanto para a formação de novas gerações, construindo um processo gradual de internalização da exclusão, quanto para a precarização e intensificação do trabalho docente, mediante a uma política centrada na responsabilização do professor e da escola pelo sucesso ou fracasso nas avaliações externas e no ranking alcançado pela rede de ensino, está fadada ao fracasso no sentido da garantia dos próprios resultados que almeja.

Experiências como essa foram realizadas a partir da década de 90 nos Estados Unidos, sob a orientação de reformadores empresariais mas, inclusive, com o apoio de alguns especialistas em

educação. No entanto, as próprias experiências norte-americanas vêm sendo criticadas e muitos estados estão abandonando a estratégia de accountability na educação, sob a alegação de ser um desperdício de dinheiro público, já que as mesmas não conseguiram atingir a finalidade a que se propunham, de garantir uma melhor posição dos Estados Unidos no cenário educacional mundial.

No caso brasileiro, os reformadores empresariais reunidos no Movimento Todos pela Educação vêm convencendo o próprio Ministério da Educação, bem como todos os entes federados a desenvolverem as mesmas estratégias ultrapassadas e fracassadas, desconsiderando todos os estudos acadêmicos e todas as reivindicações do movimento dos trabalhadores, investindo na redução dos “custos” da educação e promovendo um processo de destruição do sistema público de ensino.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. *PE SWAP Pernambuco Educ Results & Account (PERA)*. Disponível em: www.worldbank.org/projects/P106208/pe-swap-pernambuco-educ-results-account-pera?lang=en.

Acesso em julho de 2013.

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. In: CATANI, A. (org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 156-171.

BRASIL. *Censo Escolar 2011*. Brasília: INEP, 2011.

BRASIL. *Programa nacional do Livro Didático (PNLD)*. Brasília: FNDE, 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 2006)*.

CABRAL NETO, Antonio e CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão Escolar em Instituições de Ensino Médio: entre a Gestão Democrática e a gerencial. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol, 32, n. 116, p. 745-770, jul/set, 2011.

CASTRO, M. H. G. Avaliação de programas e políticas sociais. *Cadernos de Pesquisa Nº 12*. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas –SP, 1989.

COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *O novo cenário laboral latino-americano: regulação, proteção e políticas ativas nos mercados de trabalho*. Santiago, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). *Pesquisa Retrato da Escola I*. 2003.

FREITAS, L. C. de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do Ensino. *Educação e Sociedade*., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 965-987, out. 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: **Revista Educação e Sociedade**, volume 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun, 2012.

FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO. **Programa de Governo EDUARDO CAMPOS (2011-2014)**. Recife, 2010.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. GENTILI, P. A. e SILVA, T. T. da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 12ª ed; Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- IDEIAS & NÚMEROS. Menos educação, menos conhecimento, mais desperdícios. Ideias & Números, 19 de julho de 2012. Disponível em: www.revistadigital.com.br/2012/07/menos-educacao-menos-conhecimento-mais-desperdicios/. Acesso em julho de 2013.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira, VIEIRA, Jarbas Santos, e DUARTE, Bárbara Gonçalves Vaz. Dispositivos de Regulação conservadora, currículo e trabalho docente. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 221-237, jan/abri, 2009.
- MANCEBO, Deise. Agenda de Pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago, 2007.
- MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. *Programa Modernizando a Gestão Pública – PMGP*. Disponível em: www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=projeto&task=categoria&id=4&Itemid=34. Acesso em julho de 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008* – Institui o Bônus de Desempenho da Educação – BDE. 2008a.
- PERNAMBUCO. *Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008* – Cria o Programa de Educação Integral e dá outras providências. 2008b.
- PERNAMBUCO. *Decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008* – Regulamenta a Lei nº 13.486/2008, que institui o BDE. 2008c.
- PERNAMBUCO. *Lei nº 13.696, de 18 de dezembro de 2008* – altera a Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008. 2008d.
- PERNAMBUCO. *Decreto nº 33.711, de 28 de julho de 2009* – Dispõe sobre o pagamento do Bônus de Desempenho Educacional – BDE, e dá outras providências. 2009.
- PERNAMBUCO. *Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008* – Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. 2008.
- PERNAMBUCO. *Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para educação*. 2008.
- RAMOS, Marise Nogueira. O Currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 32, n. 116, p. 771-778, jul/set, 2011.
- SANTOS, Luciola Licínio de Castro Paixão e OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Intensificação do trabalho docente e a emergência de nova divisão técnica do trabalho na escola. In: *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Campo Grande, MS, v. 15, n. 29, p. 32-45, jan/jun, 2009.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis, LUCENA, Carlos e FERREIRA, Luciana Rodrigues. As Relações entre o Ensino Médio e a Educação Superior no Brasil: profissionalização e privatização. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 32, n. 116, p. 839-856, jul/set, 2011.